

## **ANEXO IV**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO PARA A IMPLANTAÇÃO, EM ÁREAS PÚBLICAS CIRCUNSCRITAS E LINDEIRAS AO RODOANEL MARIO COVAS (SP-021) E EM EVENTUAIS ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, DE ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS, CONTEMPLANDO A AUTORIZAÇÃO, À CONCESSIONÁRIA, DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS, EXCLUSIVOS PARA O MODELO DE CONCESSÃO.

#### **SP 021 – RODOANEL MÁRIO COVAS**

## - ÍNDICE -

<b>1. OBJETIVO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DAS ÁREAS.....</b>	<b>4</b>
2.1 ÁREAS PÚBLICAS .....	4
2.2 ÁREAS PRIVADAS .....	5
<b>3. ESCOPO DOS SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS.....</b>	<b>5</b>
<b>4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>6</b>
4.1 ACESSOS À ÁREA DE DESCANSO .....	6
4.1.1 Elaboração de Projetos .....	6
4.1.2. Manutenção e conservação.....	6
4.1.2.1. Conceitos Básicos .....	6
4.1.2.2. Descrição e Padrões dos Serviços .....	7
4.2 ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS.....	10
4.2.1 Pavimento Área de Descanso .....	12
4.3 POSTOS DE SERVIÇOS.....	13
4.4 SEGURANÇA PATRIMONIAL .....	13
4.5 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS .....	14
4.5.1 Reparos .....	15
4.6 PADRÕES DE SERVIÇOS .....	16
4.6.1 Limpeza .....	16
4.6.2 Drenagem .....	16
4.6.3 Sinalização Vertical e Horizontal.....	16
4.6.4 Pintura das instalações .....	16
4.6.5 Equipamentos mecânicos, elétricos e iluminação .....	16
<b>5. PROJETOS FUNCIONAIS E EXECUTIVOS .....</b>	<b>17</b>
<b>6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....</b>	<b>19</b>
<b>7. FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>8. MARCOS CONTRATUAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>9. INVESTIMENTOS ADICIONAIS/ACESSÓRIOS (NÃO OBRIGATÓRIOS).....</b>	<b>20</b>
<b>10. BENS REVERSÍVEIS.....</b>	<b>21</b>

9.1 Levantamento e Cadastro dos Bens Reversíveis.....	22
---	----

<b>11. DESMOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
---------------------------------	-----------

## **1. OBJETIVO**

As diretrizes principais do programa de implantação de Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Serviço estão fundamentadas nos parâmetros abaixo:

- Implantação de uma rede de postos de serviços, em áreas circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas, com o objetivo de possibilitar maior conforto e segurança viária e pública aos usuários da rodovia.
- Concessão de áreas públicas situadas junto à faixa de domínio do Rodoanel, com obrigação de instalação de Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Serviço, para todos os usuários da rodovia.
- Autorização para a implantação de Acesso e exploração de Áreas de Descanso com os Postos de Serviço, exclusivos para o modelo de concessão, com receita compartilhada pelo Estado.

O presente documento constitui-se no Termo de Referência para A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS CIRCUNSCRITAS E LINDEIRAS AO RODOANEL MARIO COVAS (SP-021), PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS E POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS, ALÉM DE OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS, CONTEMPLANDO A AUTORIZAÇÃO, À CONCESSIONÁRIA, DE IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS, EXCLUSIVOS PARA O MODELO DE CONCESSÃO.

O projeto prevê a implantação de no mínimo 1 (uma) Área de Descanso com Posto de Serviço em cada um dos trechos (NORTE, SUL, LESTE e OESTE) do Rodoanel Marcio Covas (SP 021), com suas atividades correlatas, instaladas em áreas lindeiras com exclusividade de acesso, visando garantir fluidez de tráfego, mais conforto, segurança e serviços de qualidade a todos usuários da rodovia.

O Rodoanel Mário Covas - SP 021 tem a extensão total de 179,9 km (mais SPAs), dividido em 4 (quatro) trechos, a seguir:

- a) TRECHO OESTE com extensão de 29,5 km (do km 0+000 ao km 29+500), Concessionária atual CCR Via Oeste;
- b) TRECHO SUL com extensão de 57,1 km (do km 29+500 ao km 86+600), SPA 086/021 km 0+000 km 4+300 (ligação com Mauá), Concessionária Atual SPMar;
- c) TRECHO LESTE com extensão de 42,51 km (do km 86+600 ao km 129+106), Concessionária atual SPMar ;
- d) TRECHO NORTE com extensão de 42,89 km (do km 129+106 ao km 172+000), SPA 141/021 km 0+000 km 3+600 (ligação com o aeroporto de Cumbica), **Concorrência Internacional 001/2018**.

Para efeito deste documento, a empresa, ou consórcio de empresas, contratada em decorrência da presente LICITAÇÃO, é aqui identificada como CONCESSIONÁRIA.

## 2. DESCRIÇÃO DAS ÁREAS

### 2.1 ÁREAS PÚBLICAS

As áreas públicas, identificadas no Rodoanel que estarão disponíveis para a concessão do direito real de uso, são 5 (cinco), suas características, dimensões, geometria, traçado e memorial descritivo constam no Anexo 01 do Edital.

As referidas áreas irão compor os dois lotes de concessão, conforme abaixo indicado:

#### a) LOTE 01

ÁREA	Localização / Descrição
NORTE	Km 156, pista Interna, área de 43 mil m <sup>2</sup> ;
OESTE	Km 9 +800, pista Externa, área de 206 mil m <sup>2</sup> ;

#### b) LOTE 02

ÁREA	Localização / Descrição
LESTE	Km 108, pista Externa, área de 28 mil m <sup>2</sup> ;
SUL	Km 38 +500, pista Interna, área de 25 mil m <sup>2</sup> (obrigatório); Km 38 +500, pista Externa, área de 25 mil m <sup>2</sup> (opcional);

**NOTA:** No trecho SUL, temos duas áreas disponíveis (interna e externa), todavia o LICITANTE deverá realizar os investimentos **obrigatórios** e **associados** (se

houver) na área interna. A utilização da **área externa é opcional** pela LICITANTE. Caso a LICITANTE deseje utilizar a área externa, deverá atender no mínimo os empreendimentos obrigatórios previstos neste Edital e seus anexos.

## **2.2 ÁREAS PRIVADAS**

O LICITANTE poderá a seu critério, ou seja, em caráter opcional, agregar áreas privadas às áreas públicas acima indicadas. Neste caso deverão ser observadas as condições previstas no Edital, Contrato e respectivos Anexos. Em especial no que se refere à reversibilidade dos bens.

## **3. ESCOPO DOS SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS**

A presente LICITAÇÃO visa à contratação de empresa ou consórcio de empresas para implantação, operação e manutenção de Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Postos de Serviços, disponibilizando diversos tipos de combustíveis, para atendimento a todos os usuários da rodovia SP 021 (Rodoanel Mario Covas), através de concessão à iniciativa privada dos acessos exclusivos e respectivas áreas públicas lindeiras, situadas no Rodoanel Mário Covas, para execução dos serviços inerentes e correlatos ao objeto desta contratação.

As obrigações e responsabilidades da CONCESSIONARIA estão previstas nos itens subsequentes deste Termo de Referência e Anexos, a seguir destacados:

- 1) estruturação do projeto dos pátios, edificações e acessos;
- 2) elaboração e cumprimento do cronograma de implantação;
- 3) construção das obras atendendo as melhores técnicas e práticas da engenharia civil;
- 4) atendimentos aos requisitos mínimos da Área de Descanso de Caminhoneiros;
- 5) atendimento aos requisitos mínimos do Posto de Serviço;
- 6) atendimento aos critérios de manutenção e limpeza;
- 7) obtenção do licenciamento ambiental;
- 8) atendimento aos aspectos mínimos de segurança.

A CONCESSIONÁRIA terá no máximo 24 (vinte e quatro) meses para implantação e início de operação dos empreendimentos obrigatórios: ÁREA DE DESCANSO DE CAMINHONEIROS e POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS.

O modelo permite que a CONCESSIONÁRIA desenvolva empreendimentos adicionais, capazes de gerar receita adicional a ser compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo, que não as decorrentes das apenas dos empreendimentos de investimentos obrigatórios requeridos.

#### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA**

As responsabilidades e obrigações da CONCESSIONÁRIA, referentes aos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS da CONCESSÃO são as seguintes:

##### **4.1 ACESSOS À ÁREA DE DESCANSO**

###### **4.1.1 Elaboração de Projetos**

Os Projetos deverão ser elaborados observando-se as normas, instruções de projeto, portarias e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, AASHTO, DNIT, ABNT (nesta ordem) e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas. Os projetos deverão ainda contemplar o equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros.

###### **4.1.2. Manutenção e conservação**

###### **4.1.2.1. Conceitos Básicos**

Conservação/manutenção especial é o conjunto de obras e serviços necessários à preservação do investimento inicial.

Trata-se, portanto, de recuperações incluindo adequações a novas tecnologias, constituindo-se em obras e serviços adequados de maior porte ou complexidade técnicas necessárias em decorrência do término da vida útil de parcelas componentes do sistema viário. Por estas atividades e serviços recompõem-se o período de vida

útil do componente rodoviário com garantia de atendimento aos padrões estabelecidos no Edital.

Para tanto, a CONCESSIONÁRIA, quando solicitada pela ARTESP, será responsável por todas as providências relativas à:

- a. Levantamentos periódicos das condições superficiais, estruturais, de conforto e de segurança dos pavimentos para controle dos parâmetros mínimos exigidos no Edital;
- b. Planejamento e execução das obras.

#### **4.1.2.2. Descrição e Padrões dos Serviços**

- **Pavimento**

- **Padrões**

- a. **Condições de Superfície**

As condições de defeitos superficiais poderão ser avaliadas conforme as metodologias e os procedimentos adotados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e DER/SP nas normas rodoviárias (ou outras que venham a alterá-las ou substituí-las):

- DNIT 006/2003-PRO – “Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos”;
- DNIT 062/2004-PRO – “Pavimento Rígido – Avaliação Objetiva”;
- DNIT 007/2003-PRO – “Levantamento para avaliação da condição de superfície de subtrecho homogêneo de rodovias de pavimentos flexíveis e semirrígidos para gerência de pavimentos e estudos e projetos”;
- Manual de Pavimento Rígido – DNIT 2005 para pavimentos de concreto de cimento Portland dos Pedágios, Balanças, Obras de Arte Especiais, Pistas, Acostamentos, Acessos e Marginais.

- b. **Condições de Segurança**

Nos casos de alças com função de faixa de aceleração, para a determinação das condições de segurança dos pavimentos são empregados métodos e equipamentos de medidas de textura e resistência ao deslizamento.

Esses critérios deverão ser atendidos durante todo o período da Concessão, conforme descrição apontada a seguir.

Para a avaliação da macrotextura do pavimento deverá ser utilizado equipamento de escaneamento de superfície (tecnologia laser) capaz de adquirir dados de imagem em 3D e 2D da superfície da rodovia com resolução mínima de 1 (um) milímetro sobre uma largura mínima de 4 (quatro) metros em pista com velocidades de até 100 km/h. O intervalo mínimo das medidas deverá ser de 02 (dois) pontos (trilhas interna e externa) a cada 100 (cem) metros de comprimento de faixa de rolamento.

Poderão ser utilizados ensaios de mancha de areia para eventual calibração/confirmação dos resultados obtidos com equipamento de escaneamento de superfície.

Além dos dados de macrotextura do pavimento, deverão ser coletados com equipamento de escaneamento da superfície, os seguintes dados da geometria da pista: declividade longitudinal (i), superelevação ou declividade transversal (e), raio de curvatura horizontal (R). O mesmo intervalo de 100m deverá ser utilizado em cada faixa de rolamento.

Para avaliação do coeficiente de atrito dos revestimentos dos pavimentos deverão ser utilizados os equipamentos tipo Grip Tester (ou similar) e para eventuais calibrações e aferições, o equipamento tipo Pêndulo Britânico. Para o ensaio do Grip Tester, a lâmina d'água deverá ser de, no mínimo, 0,50mm.

Os segmentos de avaliação do Grip Tester deverão ter extensão de 100 (cem) metros (valores individuais determinados a cada 100m de extensão de avaliação).

Os valores de aderência de um pavimento, ou seja, a macrotextura e a microtextura serão quantificados por meio dos índices HS (altura de areia), VRD (Valor de Resistência a Derrapagem), GN (Grip Number) e IFI (International Friction Index).

➤ **Parâmetros Mínimos Exigidos**

Os pavimentos componentes do SISTEMA RODOVIÁRIO (inclusive acostamentos, faixas de segurança, marginais e dispositivos de entroncamento até os limites da faixa de domínio) deverão ser analisados quanto às suas condições de superfície, conforto, deformabilidade, vida remanescente e



segurança. Os parâmetros de aceitabilidade do pavimento para essas condições deverão ser totalmente atendidos durante o Prazo da CONCESSÃO. São eles:

a) Condições de Superfície para extensão de avaliação mínima de 200m (duzentos metros) e máxima de 1.000m (mil metros), por faixa de rolamento.

- Porcentagem máxima de área com painelas e desagregação: 0%;
- Porcentagem de área com trinca classe 3:  $FC-3 \leq 2\%$ ;
- Porcentagem de área com trinca classe 2:  $FC-2 \leq 15\%$ ;
- Afundamento de trilha de roda (F):  $F \leq 7$  (sete) mm;
- Desnível máximo entre a pista de rolamento e o acostamento: 12 (doze) mm;
- Número máximo de remendos em bom estado (nível de severidade baixo): 20 (vinte) remendos. Acima de 20 (vinte) remendos em uma extensão de 1.000 (mil) metros e acima de 4 (quatro) remendos em uma extensão de 100 (cem) metros torna-se imprescindível a execução de intervenção superficial contínua;
- Número máximo de remendos em mau estado (nível de severidade alto): 0 (zero);
- Índice de Gravidade Global – IGG  $\leq 30$  (trinta) que será obtido por meio de levantamento através de procedimentos DNIT 006/2003-PRO – “Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semirrígidos”;
- Índice de Condição do Pavimento – ICP  $\geq 75$  (setenta e cinco) (pavimentos com revestimento de concreto de cimento Portland);
- Unsurfaced Road Condition Index – URCI  $\geq 75$  (setenta e cinco) (vias não pavimentadas).

b) Condições de Segurança / Macrotextura

- Macrotextura

Deverão ser avaliados os valores individuais e a média por quilômetro do parâmetro HS. A medição deverá ser realizada nas trilhas de roda interna e externa, em todas as faixas de rolamento, com espaçamento máximo de 100 (cem) metros.

Altura de areia (HS), medido com equipamento de escaneamento de superfície (laser) e/ou Ensaio de Mancha de Areia  $0,6\text{mm} \leq HS \leq 1,2\text{mm}$ , caracterizando uma textura superficial média a grosseira.

- Coeficiente de Atrito

Deverão ser avaliados os valores individuais dos segmentos medidos (extensão de 100 metros) e a média por quilômetro do índice VRD e índice GN.

- Valor da resistência à derrapagem medido por ensaio com o Pêndulo Britânico e/ou equipamento tipo Grip Tester (preferencial) – VRD > 55, caracterizando classe de resistência a derrapagem de textura rugosa a muito rugosa.
- Valor da resistência à derrapagem medido por equipamento tipo Grip Tester – GN > 0,42.

Adicionalmente ao controle individual da macrotextura, medida através do ensaio de mancha de areia, e do coeficiente de atrito, obtido através do ensaio de resistência à derrapagem, medido pelo Pêndulo Britânico ou por meio de quaisquer dos equipamentos contemplados na norma ASTM E-1960 (2001), deve-se obrigatoriamente determinar o índice internacional de atrito IFI (International Friction Index).

Os valores mínimos de IFI recomendados para rodovias novas e para rodovias restauradas são os seguintes (valores individuais, determinados a cada 100 metros e média por quilometro):

- valor de IFI  $\geq 0,22$  para obras rodoviárias novas.
- valor de IFI  $\geq 0,15$  para pavimentos restaurados.

Considera-se como obrigação mínima da LICITANTE VENCEDORA, a implantação e conservação de acesso em único sentido da rodovia. Todavia a LICITANTE poderá, a seu critério, considerar em sua proposta projeto de implantação de “Obra de Arte Especial ou Dispositivo de Acesso” para atender ambos os sentidos da via.

c) Condições de Devolução

Na devolução, a Concessionária deverá garantir o prosseguimento da vida útil do pavimento, especialmente com relação ao atendimento dos índices de qualidade indicados neste edital, por um período mínimo de 1 ano após a data efetiva da devolução.

## **4.2 ÁREAS DE DESCANSO PARA CAMINHONEIROS**

As Áreas de Descanso para Caminhoneiros deverão atender no mínimo os requisitos abaixo descritos.

**a) Quantidade de vagas**

Disponibilidade mínima de vagas para caminhões, para as respectivas áreas, a saber:

<b>LOTE 1</b>	<b>Descrição / Localização</b>	<b>Quantidade Mínima de vagas</b>
AREA NORTE	Km 156, pista Interna, área de 43 mil m <sup>2</sup> ;	30
AREA OESTE	Km 9 +800, pista Externa, área de 206 mil m <sup>2</sup> ;	50

<b>LOTE 2</b>	<b>Descrição / Localização</b>	<b>Quantidade Mínima de vagas</b>
AREA LESTE	Km 108, pista Externa, área de 28 mil m <sup>2</sup> ;	25
ÁREA SUL	Km 38 +500, pista Interna, área de 25 mil m <sup>2</sup> (obrigatório);	25
	Km 38 +500, pista Externa, área de 25 mil m <sup>2</sup> (opcional);	25

- Disponibilidade mínima de, ao menos 02 (duas) vagas de estacionamento para produtos perigosos, atendendo a legislação vigente;
- Pátio iluminado, segregado, pavimentado e demarcado com faixas de circulação e estacionamento;
- Portaria para controle de entrada e saída;
- Pontos de energia elétrica para cargas refrigeradas;
- Segurança patrimonial com CFTV 24X7;
- Telefone público;
- Serviço de internet gratuito;

- Deverá disponibilizar gratuitamente, no mínimo as duas primeiras horas iniciais de estacionamento de veículo pesados (caminhões).

#### **b) Área de Conforto**

A área deverá contar ainda com “Área de Conforto” para os caminhoneiros, com dimensão mínima de 1.000 m<sup>2</sup> de construção, dispondo no mínimo dos seguintes itens:

- Banheiro masculino e feminino e para pessoas com mobilidade reduzida;
- Fraldário;
- Tanque para lavagem de roupas;
- Sala de descanso;
- Refeitório com equipamentos (fogão, micro-ondas e refrigeradores).

#### **4.2.1 Pavimento Área de Descanso**

O pavimento da Área de Descanso de Caminhoneiros deverá seguir os mesmos requisitos descritos no item 4.1.2.2. – Pavimento, acrescentando-se os seguintes itens:

##### **➤ Padrões:**

- Condições de superfície: também deverão ser consideradas as seguintes normas rodoviárias (ou outras que vierem a alterá-las ou substituí-las):
  - ASTM E2840-11(2015) – “Standard Practice for Pavement Condition Index Surveys for Interlocking Concrete Roads and Parking Lots” para pavimentos com blocos intertravados de Concreto de Cimento Portland (CCP);
  - USDA TM 5-626 / 1995 – “Unsurfaced Road Maintenance Management” para vias em terra ou revestimento primário dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias do sistema;
- Parâmetros Mínimos Exigidos: Condições de superfície
  - Índice de Condição do Pavimento – ICP  $\geq$  75 (setenta e cinco) (pavimentos com blocos intertravados de concreto de cimento Portland);
  - Índice de Condição do Pavimento – ICP  $\geq$  75 (setenta e cinco) (pavimentos com revestimento de concreto de cimento Portland);

#### **4.3 POSTOS DE SERVIÇOS**

Os Postos de Serviço deverão atender no mínimo os seguintes requisitos:

**a) Posto de Abastecimento de Combustíveis**

- Atendimento a todos os tipos de usuários das rodovias;
- Abastecimento com diversos tipos de combustíveis (Etanol, Diesel e Gasolina)
- Área de instalações mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Serviços de reparos mecânicos, borracharia, troca de óleo;
- Serviço de internet gratuito;
- Áreas de estacionamento e circulação internas pavimentadas

**b) Restaurante**

- Área mínima de 2.000m<sup>2</sup> de construções / instalações;
- Banheiro masculino e feminino e para pessoas com mobilidade reduzida e Fraldário;
- Serviço de internet gratuito.
- Áreas de estacionamento e circulação internas pavimentadas;

#### **4.4 SEGURANÇA PATRIMONIAL**

O projeto das Áreas de Descanso para Caminhoneiros e dos Postos de Serviço, tanto para os investimentos obrigatórios e/ou acessórios, deverão prever um sistema de CFTV, que contemple 100% (cem por cento) da área de concessão e sem “pontos cegos”, monitorado 24x7, com gravação das imagens pelo período de 90 (noventa) dias.

Deverá estar prevista iluminação adequada em toda área de concessão, tanto para os investimentos obrigatórios e acessórios (quando houver).

Na entrada e saída do pátio de estacionamento dos caminhões, o projeto

deverá considerar uma Portaria com controle de circulação dos caminhões, motoristas e acompanhantes, e controle de movimentação de outras pessoas, de uma forma geral.

A CONCESSIONÁRIA deverá ainda, contratar e treinar uma equipe de vigilantes, munidos de rádio transceptor, em número suficiente para exercer sua função de proteção aos usuários diuturnamente.

Efetuar o treinamento pelo menos uma vez ao ano, das equipes de segurança, em seus respectivos serviços, de forma a garantir o aperfeiçoamento e a permanente uniformidade dos serviços, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar para ARTESP, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios deste treinamento com listagem dos participantes.

#### **4.5 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS**

É conceituada como o conjunto de serviços que são executados de acordo com padrões ou níveis pré-estabelecidos, visando manter os elementos construtivos tão próximos quanto possível, técnica e economicamente, das condições originais em que foram construídos, objetivando preservar os investimentos, garantindo a segurança da circulação e o conforto do usuário.

Entende-se que a manutenção e limpeza de rotina dos itens de investimentos obrigatórios e acessórios (quando houver) é uma função básica de sua operação, que exige, ao longo do tempo, que sejam executados algumas dezenas de serviços, requerendo uma gama variada de recursos de mão-de-obra, equipamentos, materiais e ferramentas.

Para poder administrar a manutenção e limpeza com eficiência e economia, a CONCESSIONÁRIA deve dispor de um manual conservação/manutenção e limpeza com as informações essenciais, bem como, desenvolver um sistema de informação e administração, cujos registros, serão de grande valia para aprimoramento da metodologia adotada. O manual deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e disponibilizado para ARTESP, para apreciação e aprovação, assim como todas suas eventuais revisões. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a primeira versão do manual para avaliação da ARTESP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o

início da operação do negócios geradores de receita obrigatórios.

Os serviços de conservação/manutenção e limpeza serão fiscalizados periodicamente pela ARTESP e a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente.

O manual de conservação/manutenção e limpeza deverá conter minimamente:

- Identificação e quantificação de todos os itens necessários (itens de investimentos e de operação) para exploração dos investimentos obrigatórios;
- Padrões de conservação/manutenção e limpeza;
- Identificação dos serviços de conservação/manutenção e limpeza necessários para manter os elementos em níveis adequados;
- Programa diário, mensal e anual de trabalho (periodicidade das intervenções);
- Relatórios informatizados, para análise em diversos níveis gerenciais, e para auxiliar a fiscalização da ARTESP;
- Prazos de reparos e planos emergenciais;
- outros.

Junto com o manual de manutenção e limpeza a CONCESSIONÁRIA deve apresentar a ARTESP um inventário atualizado periodicamente das edificações e equipamentos de forma a facilitar sua fiscalização.

#### **4.5.1 Reparos**

Para realização de manutenção e/ou reposição de peças, o prazo máximo para resolução do problema pela Concessionária, será de 1 (uma) semana, a partir da notificação pela ARTESP.

No caso de manutenção emergencial que representam risco à segurança dos usuários, ou signifiquem impedimento na prestação dos serviços, o prazo máximo para resolução do problema será de 24 (vinte e quatro) horas. Nestes casos emergenciais a ARTESP deverá ser avisada da irregularidade. Se o reparo se

estender por mais de 24 horas, a concessionária deverá apresentar justificativa e estabelecer um novo prazo para aprovação e acompanhamento da ARTESP.

#### **4.6 PADRÕES DE SERVIÇOS**

Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA manter níveis de qualidade e padrões de serviços adequados, nos empreendimentos e em toda as suas áreas da concessão, utilizando sempre as melhores práticas para sua operação e conservação.

##### **4.6.1 Limpeza**

A qualquer momento os pátios e instalações devem se apresentar limpos, sem papel no chão ou qualquer detrito.

##### **4.6.2 Drenagem**

Manter permanentemente em funcionamento, desobstruídos e limpos todo o sistema de drenagem das áreas de concessão, das instalações prediais e dos pátios.

##### **4.6.3 Sinalização Vertical e Horizontal**

A concessionária deverá manter toda sinalização dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação vigente. Devem se apresentar limpas e sem danos.

Em trechos onde houver tachas ou tachões refletivos ou com iluminação própria, sujeito a deposição de sujeira, sua limpeza deverá ser executada com frequência bimestral ou menor sempre que necessário.

##### **4.6.4 Pintura das instalações**

As pinturas externas e internas de todas as instalações deverão ser refeitas sempre que apresentarem desgastes visíveis.

##### **4.6.5 Equipamentos mecânicos, elétricos e iluminação**

Os equipamentos do posto de serviço, dos restaurantes e/ou lanchonete, das instalações para caminhoneiro e dos pátios de estacionamento de veículos leves e pesados, deverão funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana e deverão ser mantidos em plenas condições operacionais, com suporte e manutenção contínua.



## **5. PROJETOS FUNCIONAIS E EXECUTIVOS**

A LICITANTE vencedora deverá apresentar os Projetos Funcionais das obras e de circulação dos veículos, incluindo as Áreas de Descanso dos Caminhoneiros, dos Postos de Serviço e dos empreendimentos associados (se houver), com as edificações, as sinalizações verticais e horizontais e os acessos de entrada e saída do Posto.

Os projetos deverão ser elaborados observando-se as normas, instruções de projeto, portarias e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, ABNT e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas. Os projetos funcionais e de circulação de veículos deverão ainda contemplar o equacionamento de eventuais interferências com os sistemas existentes e futuros.

A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção da aprovação dos projetos funcionais, dos investimentos obrigatórios e associados (se houver), junto a ARTESP, que deverão ser entregues conforme os prazos abaixo descritos:

- **PROJETOS FUNCIONAIS:** em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato de concessão. Eventuais questionamentos e/ou solicitações de alteração de Projetos Funcionais realizadas pela ARTESP deverão ser atendidos pela CONCESSIONÁRIA dentro de um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de comunicação formal emitida pela ARTESP, de forma que se possa garantir o andamento do ciclo de análises e revisões de Projetos Funcionais.
- **PROJETOS EXECUTIVOS:** Os projetos executivos para implantação das obras deverão ser entregues, no prazo máximo de 150 (cento e sessenta dias) dias corridos, após a formal aprovação pela ARTESP dos PROJETOS FUNCIONAIS. Os referidos projetos serão avaliados pela equipe ARTESP, sendo que os eventuais ajustes deverão ser realizados em até 15 (quinze) dias corridos, após as formais indicações da ARTESP das correções no(s) projeto(s).

Os Projetos Executivos deverão ser elaborados observando-se as normas, instruções de projetos, portarias e padrões vigentes da ARTESP, DER/SP, ABNT

e, na falta destes, observando-se normas internacionalmente consagradas. Os projetos executivos deverão ainda contemplar o equacionamento de interferências com a infraestrutura do sistema viário e de serviços públicos existentes e futuros.

A etapa de conclusão dos “Projetos Funcionais e Executivos”, incluindo sua aprovação, deverá ser finalizada, impreterivelmente, no prazo máximo de 12 (doze) meses após a assinatura de contrato. Caso a etapa de análise e definição dos projetos excedam o referido prazo, em função de “especificações técnicas inadequadas” apresentadas pela Concessionária, a mesma poderá ser penalizada, conforme estabelecido em CONTRATO.

Juntamente com o projeto executivo, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação da ARTESP, o cronograma físico das obras.

Os projetos funcionais e executivos dos investimentos obrigatórios e associados (se houver) deverão considerar os detalhamentos de todos os itens de implantação, tais como:

- os projetos da Área de Descanso dos Caminhoneiros e Posto de Serviço, deverão contemplar a sinalização vertical com placas, sinalização horizontal com marcações no viário que garanta fluidez do trânsito e maior segurança para os pedestres que nele circulam.
- a drenagem deverá ser eficiente, com descidas de água adequadas e canaletas de concreto. Taludes, se necessário, devem ser implantados com dispositivos de drenagem e que conduzam as águas pluviais, talude abaixo com baixa energia até o local que não mais interfira com os mesmos. Os taludes devem ser revestidos de forma a impedir erosão.
- os sistemas de iluminação interno e externo deverão oferecer padrão de iluminação compatível com as funções específicas e condições climáticas, nos períodos requeridos diurno ou noturno, de acordo com normas ABNT vigentes para iluminação pública;
- apresentar os projetos completos de sinalização horizontal e vertical, dispositivos auxiliares e dispositivos de proteção contínua.

## **6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Concessionária será a responsável pela obtenção de todas as licenças ambientais e autorizações junto aos órgãos responsáveis, em tempo hábil, para a construção e operação das Áreas de Descanso de Caminhoneiros com Postos de Serviço, conforme previsto em Contrato.

Todos os custos dos processos de licenciamento e autorizações ambientais como medidas de compensação e mitigação ambiental serão de inteira responsabilidade da Concessionária.

O licenciamento ambiental será realizado na Regional da CETESB a qual pertence a área onde será implantado o empreendimento.

Todas as diretrizes de licenciamento ambiental das referidas Áreas de Descanso de Caminhoneiros com Postos de Serviço podem ser acessadas no site: [http://cetesb.sp.gov.br/licenciamento\\_ambiental/postos-de-combustiveis/](http://cetesb.sp.gov.br/licenciamento_ambiental/postos-de-combustiveis/).

No referido site o empreendedor deverá acessar: *Procedimento para Licenciamento Ambiental de Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis*.

## **7. FISCALIZAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar na fiscalização da ARTESP, para que a mesma possa verificar e acompanhar os serviços prestados aos usuários e a conformidade destes serviços com os padrões técnicos e de qualidade exigidos no Edital e Contrato de Concessão, bem como, deverá colaborar na divulgação de informações de interesse dos usuários e do público em geral.

A CONCESSIONÁRIA deverá, através de seus Representantes legais e Responsáveis Técnicos notoriamente reconhecidos, participar obrigatoriamente de reuniões técnicas sempre que convocadas pela ARTESP.

Deverá colaborar com a DOP/ARTESP na fiscalização de inspeções pontuais e operações especiais, que poderão ocorrer à noite, fins de semana e feriados; as anomalias ou “não conformidades” apontadas deverão ser sanadas prontamente.

O não atendimento aos padrões técnicos e de qualidade, definidos neste Edital e Termo de Referência, poderão gerar penalidades à CONCESSIONÁRIA, de acordo com classificação previstas no Contrato de Concessão.

## 8. MARCOS CONTRATUAIS

Abaixo apresentamos os principais eventos iniciais, intermediários e finais, para o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

<b>Marcos contratuais</b>	<b>Mês Contratual (Prazo Máximo de conclusão)</b>
<b>Projetos</b>	
Apresentação dos Projetos Funcionais	2
Apresentação dos Projetos Executivos	8
Aprovação do Projeto Executivo	12
<b>Licenciamento Ambiental (LP, LI e LO)</b>	
Comprovação de Entrada Processo CETESB (LP)	4
Conclusão do Licenciamento (LP e LI)	12
Conclusão do Licenciamento CETESB (LO) e demais órgãos)	24
<b>Início da Operação Investimentos Obrigatórios</b>	24

Os eventos (marcos contratuais), referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS (quando houver), obedecerão os mesmos critérios acima e também no que se refere às penalidades estabelecidas no edital, contrato e seus anexos.

A ARTESP no processo de avaliação do INVESTIMENTO ADICIONAL, irá analisar sua complexidade e aprovar o cronograma físico-executivo apresentado pela Concessionária.

## 9. INVESTIMENTOS ADICIONAIS/ACESSÓRIOS (Não Obrigatórios)

A LICITANTE poderá a seu critério, ou seja em caráter opcional, implantar e desenvolver empreendimentos com finalidade associada, capazes de gerar receita adicional a ser compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo, que não as decorrentes dos itens de investimentos obrigatórios (Áreas de Descanso e Postos de Serviços). Este(s) empreendimento(s) deverão atender integralmente o estabelecido no contrato de concessão, a legislação vigente e suas eventuais alterações no

período da Concessão.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaços nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente, bem como:

- a) Seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do Contrato de Concessão;
- b) A remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratada, observadas eventuais restrições regulatórias;
- c) Seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e de qualidade do serviço concedido (investimentos obrigatórios);
- d) Não será permitida a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário;
- e) Não serão permitidos negócios adicionais, cuja atividade infrinja a legislação em vigor, atente contra a moral e os bons costumes, possua cunho religioso ou político partidário, residencial, educacional, de entretenimento e hospitalar;
- f) Os investimentos adicionais deverão ser apresentados em detalhes (inclusive cronograma de implantação), para serem analisados e aprovados pela ARTESP;
- g) Não poderão ser implementados antes dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Os investimentos adicionais (quando houver) deverão atender obrigatoriamente todos os níveis de serviços de segurança, manutenção e limpeza estabelecidos para os itens de investimentos obrigatórios.

## **10. BENS REVERSÍVEIS**

Os “BENS REVERSÍVEIS” são aqueles vinculados à CONCESSÃO, adquiridos, construídos ou incorporados pela CONCESSIONÁRIA, indispensáveis à implementação de todos os INVESTIMENTOS relacionados aos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS, incluindo-se as ampliações, sejam em ÁREAS PÚBLICAS ou PRIVADAS, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por

ocasião do término do CONTRATO, de modo a permitir a continuidade da respectiva exploração.

Para que se possa planejar e administrar a conservação/manutenção dos negócios originários dos investimentos obrigatórios, torna-se necessário, em primeiro lugar, conhecer todos esses elementos, pois deverão ser objeto conservação/manutenção.

Assim, todos esses elementos devem ser quantificados, e, para tanto, é preciso efetuar seu levantamento e cadastro. Esse cadastro é o “inventário dos bens reversíveis” para fins de conservação/manutenção e controle para fins de reversão e/ou devolução ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO. Esse inventário deve ser mantido atualizado permanentemente.

O inventário atualizado deve estar disponível para consulta em qualquer momento de forma a permitir sua transferência pelos canais de comunicação estabelecidos pela ARTESP, sempre que ela entender conveniente, podendo essa disponibilização ser feita on-line.

### **9.1 Levantamento e Cadastro dos Bens Reversíveis**

Para fornecer maiores subsídios ao inventário dos bens reversíveis, a Concessionária deverá realizar o primeiro levantamento de todos os itens relativos aos investimentos obrigatórios, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da operação dos negócios obrigatórios. O levantamento das informações deverá ser realizado através Vídeo-Registro Georreferenciado Com base neste levantamento, deverá ser realizado ainda um cadastro de informações

Após o primeiro levantamento a CONCESSIONÁRIA, deverá realizar, no mínimo anualmente, o mesmo procedimento de levantamento e atualização do cadastro de bens reversíveis, durante todo o prazo da concessão.

A cada levantamento realizado a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer 1 (uma) cópia em mídia digital para a ARTESP.

O cadastro de informações dos bens reversíveis, deverá conter no mínimo:

- a) Código do item de investimentos
- b) Descrição

- c) Quantitativo (conforme unidade do produto)
- d) Valor de aquisição (unitário e global);
- e) Data de aquisição;
- f) Localização e identificação de dispositivos de sinalização do empreendimento.

## **11. DESMOBILIZAÇÃO**

O Plano de desmobilização deve detalhar o estado de conservação e manutenção dos bens reversíveis, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado.

Com 36 (trinta e seis) meses de antecedência ao término contratual, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da ARTESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos BENS REVERSÍVEIS, sem que ocorra qualquer interrupção na prestação dos serviços e atividades referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

Enquanto não forem revertidos os BENS REVERSÍVEIS e aprovado o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO.

O recebimento definitivo das ÁREAS não exclui a responsabilidade civil e a ético-profissional decorrente da prestação do objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Com o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, a transição e reversão deverão ocorrer sem percalços ou imprevistos e a operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS não deve ficar prejudicada.

A omissão da CONCESSIONÁRIA na apresentação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO será considerada infração grave ensejando aplicação à CONCESSIONÁRIA das penalidades cabíveis.